

FUTURO DO TRABALHO(ADOR) EM MOÇAMBIQUE NA ERA DIGITAL¹

Rosimina Ali e Carlos Muianga

INTRODUÇÃO²

O futuro do trabalho(ador) tornou-se uma preocupação a nível mundial no meio da ascensão das tecnologias digitais, da flexibilidade dos mercados de trabalho e das economias capitalistas globais. As dinâmicas da economia digital estimulam formas de trabalho mediadas digitalmente, remuneradas ou não. Contudo, as questões sobre a organização e o futuro do trabalho(ador) persistem a diferentes níveis. Por um lado, o trabalho “gig” digital é visto como uma janela de oportunidades de emprego, e também de horários e locais de trabalho flexíveis num contexto de desemprego e subemprego notórios no Sul global (Rani & Furrer, 2020; World Bank, 2019). Por outro lado, o trabalho “gig” digital é considerado uma expansão de formas de trabalho informais, inseguras e marcadas por rupturas, e estruturas de classe globais fragmentadas, num contexto de dispersão social e espacial com limitada ou nenhuma regulamentação ou organização dos trabalhadores, sugerindo-se a necessidade de se abordar o trabalho digital na perspectiva dos trabalhadores e das suas famílias (Fuchs & Mosco, 2016; Fuchs & Seignani, 2013; Parthasarathy & Matilal, 2019; Stevano, 2020).

Em Moçambique, o recurso ao trabalho remoto e de plataforma digital ainda se encontra numa fase incipiente, dado o fraco acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) por parte da maioria da população e o seu estatuto socioeconómico, especialmente nas zonas rurais. Apesar destes factores, o acesso às TIC expandiu-se na última década e houve um aumento do número de *start-ups* que permitem o trabalho “gig” digital ao longo dos últimos cinco anos. A pesquisa, os dados oficiais e os debates sobre o trabalho “gig” e de plataforma digital em Moçambique são áreas que continuam por tratar, em grande parte, e estão assentes numa abordagem dominante da economia, marcada por dualismos e limitada pelas dicotomias atribuídas aos mercados de trabalho (Ali, 2020a). A análise existente destaca

¹ Este artigo é baseado na versão em inglês publicada pelos autores no Southern Centre for Inequality Studies (SCIS), que se cita: Ali, R. and Muianga, C. 2020. The future of work(ers) in Mozambique in the digital era. *Future of Work(ers) SCIS*, Working Paper Number 8. Southern Centre for Inequality Studies, Wits University, <https://www.wits.ac.za/media/wits-university/faculties-and-schools/commerce-law-and-management/research-entities/scis/documents/8%20Ali%20and%20Muianga%20Labour%20Markets%20in%20Mozambique.docx.pdf>

² Agradecemos a todos que directa e/ou indirectamente contribuíram para esta pesquisa, em particular aos trabalhadores.

consideravelmente as iniciativas empresariais, a flexibilidade dos mercados de trabalho e os contratados independentes, ignorando as amplas formas e relações de trabalho heterogêneas e interdependentes. No entanto, à medida que a plataforma digital e o trabalho “gig” têm vindo a acelerar, principalmente nesta actual pandemia da covid-19, as contradições entre esta esfera emergente do trabalho e as condições sociais do trabalho também parecem intensificar-se no actual padrão de crescimento. Parecem emergir tensões novas e exacerbadas em relação às condições de trabalho, relações e regulamentação, bem como conflitos sobre a determinação e distribuição de valores nos processos dominantes de acumulação.

Seguindo uma abordagem de economia política, e olhando para os mercados de trabalho de uma perspectiva mais abrangente (incluindo as formas de trabalho remunerado e não remunerado), este artigo analisa os padrões, dinâmicas e tensões dos mercados de trabalho, tanto na esfera física como digital, no processo de acumulação. O artigo examina como formas de trabalho mediadas digitalmente estão a (re)formular, alterar ou exacerbar a natureza do trabalho existente e que questões coloca para o futuro do trabalho(ador) em Moçambique. Este entendimento exige que se olhe para a plataforma digital e o trabalho “gig” além da esfera digital, a fim de situar a economia “gig” nas estruturas socioeconómicas de que fazem parte os trabalhadores “gig” diferenciados.

O artigo argumenta que o actual modo de organização da produção, prestação de serviços e trabalho na economia da plataforma digital parece reproduzir a informalidade, a irregularidade e a instabilidade do trabalho, aspectos que são dominantes no padrão de crescimento prevalecente no País. Além disso, o futuro dos trabalhadores na era digital depende da ampla organização das estruturas e relações socioeconómicas que moldam a natureza do trabalho, organicamente integrados em processos de acumulação de capital à escala global. As suas conclusões sublinham que as estruturas produtivas de Moçambique têm apresentado limitações na geração de trabalho decente. O padrão de crescimento prevalecente é impulsionado por investimentos em recursos naturais e dependente da produção de produtos primários agrícolas e minerais-energéticos para exportação, com baixo ou nenhum processamento, ligações produtivas limitadas na economia, e com mercados de trabalho fragmentados e diferenciados, dominados por condições sociais informais, irregulares, instáveis e inseguras (Ali, 2020a, 2020b; Ali & Stevano, 2019; Castel-Branco, 2014, 2017). A incapacidade de conceptualizar e analisar amplamente o trabalho em todas as suas estruturas e esferas, digital e fisicamente, bem como as suas interligações em formas de trabalho remunerado e não remunerado, tem implicações para a concepção de políticas públicas sobre o trabalho e o emprego. Analisar a actual organização e condições sociais do trabalho, bem como questionar o seu futuro, sem olhar às estruturas produtivas que tanto moldam as estruturas de trabalho como são, por sua vez, estruturadas pelas estruturas de trabalho, pode levar a políticas erróneas.

Este artigo está organizado em cinco secções. Esta secção introdutória é concluída com uma nota sobre a metodologia. A segunda secção apresenta uma visão geral da economia digital global e das diferentes abordagens do que constitui trabalho mediado digitalmente ou trabalho digital de forma mais alargada, bem como algumas tensões que podem afectar a organização dos trabalhadores e o seu futuro. Com base nas estatísticas oficiais e na pesquisa primária original levada a cabo pelos autores, a terceira secção analisa a natureza dos mercados de trabalho dentro dos padrões dominantes de acumulação em Moçambique. A quarta secção situa a economia digital dentro da estrutura económica moçambicana e analisa a dinâmica do trabalho digital, e também como as tecnologias digitais têm (re)formulado a sua organização actual e que questões coloca ao futuro do trabalho(ador), com base em entrevistas exploratórias realizadas a trabalhadores, em Moçambique, durante o ano de 2020. A conclusão sublinha a urgência de transformar a organização prevalecente do sistema socioeconómico e de trabalho.

ESTRATÉGIA DE PESQUISA E DESAFIOS

Esta pesquisa baseia-se numa triangulação de dados quantitativos e qualitativos. Do ponto de vista quantitativo, foram analisados dados secundários e inquéritos existentes sobre o mercado de trabalho, bem como os recenseamentos populacionais. Qualitativamente, foram realizadas entrevistas entre Agosto e Outubro de 2020, que incluíram actores-chave da economia digital, trabalhadores “gig”, representantes de sindicatos, funcionários governamentais do Ministério do Trabalho e Segurança Social e da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego, e alguns co-fundadores de *start-ups*.

Um dos desafios iniciais desta pesquisa foi a inexistência de qualquer estudo ou pesquisa sobre a economia de plataforma ou trabalho “gig” digital em Moçambique. Quase não havia dados disponíveis sobre este tópico, além do baixo número de trabalhadores subscritos numa plataforma, o que constituiu um entrave para situar o estudo.

A inexistência de dados sobre os utilizadores (do lado da procura), o que nos forneceria informações sobre a utilização de aplicações para serviços de entrega e o processo de recrutamento, constitui também uma limitação particular. Por conseguinte, a literatura sobre a economia digital e o trabalho digital, principalmente a relacionada com o Norte e o Sul globais, foi útil para conceptualizar a pesquisa. A isto seguiu-se uma pesquisa das plataformas digitais existentes. A intenção era extrair uma amostra de plataformas e, a partir daí, escolher duas ou três como estudos de caso em que pudéssemos realizar entrevistas aprofundadas a trabalhadores, e possivelmente a gestores ou proprietários de plataformas. Isto não foi fácil, uma vez que realizar uma entrevista era um constrangimento importante. A maioria dos trabalhadores não estava disponível para uma entrevista e muitos estavam relutantes em ser entrevistados, especialmente os das plataformas de entrega (alimentação e transporte). Contudo, dos que estavam disponíveis, conseguimos empregar a técnica de amostragem tipo “bola de neve” e

foi possível estabelecer a confiança necessária para assegurar mais entrevistas. As entrevistas foram realizadas em português, principalmente com trabalhadores “gig” digitais registados na plataforma *Biscate*, e algumas de duas plataformas de entrega, Empresa A e Empresa B. De um modo geral, as entrevistas foram realizadas por chamada telefónica, o que constituiu outra limitação. Os antigos trabalhadores destas plataformas também foram entrevistados. Outra limitação diz respeito ao facto de as plataformas de entrega escolhidas terem muito poucos trabalhadores (menos de 10 trabalhadores, incluindo pessoal administrativo). As perguntas dirigidas aos trabalhadores eram sobre as suas histórias e experiências de trabalho antes e durante o trabalho em curso na plataforma e sobre as suas perspectivas futuras relativamente ao seu estatuto de trabalho ou contratos, salários, condições de trabalho e protecção social. Os trabalhadores entrevistados eram principalmente de Maputo, embora também tenham sido contactados alguns trabalhadores de Gaza e Nampula. Estas entrevistas exploratórias podem não ser suficientemente representativas do panorama da plataforma-trabalho de Moçambique para identificar e construir padrões gerais, apesar de oferecerem informação relevante que servirá para reflexão em futuras pesquisas aprofundadas.

DIGITALIZAÇÃO, A ECONOMIA “GIG” E A ESFERA DO TRABALHO: UMA VISÃO GLOBAL

Em virtude de a natureza da inovação tecnológica estar a mudar rapidamente, o crescimento da economia digital tornou-se cada vez mais e rapidamente uma tendência global, reformulando a maneira como diferentes tipos de actividades económicas, incluindo o trabalho, são levadas a cabo a vários níveis. Segundo o relatório sobre economia digital da United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD] de 2019 (UNCTAD, 2019, p. 2), «a evolução da economia digital está intimamente associada a várias tecnologias de ponta e é alimentada por dados» (tais como a análise de dados, inteligência artificial, impressão em 3D, a Internet das Coisas (*Internet of Things [IoT]*), computação em nuvem e automação e robótica).

Não existem definições amplamente aceites de “economia digital”, uma vez que surgiram uma série de termos relacionados com esta matéria, reflectindo percepções diferentes: “economia “gig”, “economia de plataforma”, “*on demand economy*”, para mencionar alguns. O que estes termos ou conceitos têm em comum são as suas ligações com a mediação de actividades por plataformas digitais. O termo “economia ‘gig’” parece ser amplamente adoptado e abrange mesmo a intermediação não necessariamente digital. Healy, Nicholson & Pekarec (2017, p. 232), por exemplo, descrevem “economia ‘gig’” como «a rápida propagação de *start-ups* que se ligam e fazem mediação entre compradores e vendedores numa série de mercados, mas particularmente mercados para serviços presenciais». Anwar & Graham (2020, p. 1270) entendem-na como «um sistema de intercâmbio económico em que organizações e indivíduos

se reúnem para realizar uma variedade de trabalho através de plataformas digitais como intermediários». Utilizam o termo “economia ‘gig’” para se referirem ao fenómeno do trabalho mediado por plataformas *online* e concentram-se no seu foco geográfico e digital. A partir destas explicações, o nosso entendimento é que a “economia digital” é uma dinâmica económica mundial associada ao papel crescente que as tecnologias digitais desempenham na mediação de actividades económicas, incluindo relações laborais e a organização e funcionamento geral das economias capitalistas contemporâneas a vários níveis (nacional, regional e global). Apesar de ser uma dinâmica global, a geografia da economia digital é altamente concentrada, sendo os EUA e a China responsáveis por cerca de 90% do valor da capitalização de mercado das 70 maiores plataformas digitais do mundo. Além disso, tem sido sugerido que apesar da crescente importância da digitalização na economia global,³ ainda existem desafios sobre como medir «o valor na economia digital», especialmente nos países em desenvolvimento, onde as capacidades de produção de dados que poderiam ajudar a produzir informação relevante são ainda incipientes (UNCTAD, 2019:48). Relacionado com estes desafios, outra questão é a distribuição deste valor entre diferentes actores ao longo de toda a cadeia de valor da economia digital, que incluem trabalhadores “gig”, proprietários de plataformas e programadores. Isto levanta a questão das relações e dinâmicas de poder na economia “gig” e como isto afecta os trabalhadores, por exemplo, como uma parte central da criação de valor. Globalmente, estes desafios estão relacionados com as «diferentes dimensões da economia digital», associadas à ausência de uma definição amplamente aceite (UNCTAD, 2019, p. 49). Esta falta de uma definição ampla ou universalmente aceite de economia digital ou “gig” é também uma preocupação quando se trata de compreender o tipo e a natureza do trabalho empreendido numa tal economia. Do mesmo modo, no mundo do trabalho, têm sido normalmente utilizados termos como “trabalho digital”, “trabalho ‘gig’”, “trabalho de plataforma”, “*microwork*” e “*crowdwork*” associados à “economia digital/‘gig’” (Graham, Hjorth, & Lehtonvirta, 2017; Heeks, 2017). Estes termos têm, por vezes, sido utilizados de forma indistinta, apesar de terem importantes diferenças analíticas associadas ao facto de os espaços digitais variarem em diferentes contextos. Fuchs, por exemplo, observou que, nos debates sobre “trabalho digital”, foi dada menos atenção à melhor forma de o definir e argumentou que é necessária uma melhor compreensão do que «força de trabalho e trabalho são» para definir os seus limites com clareza (Fuchs, 2014, p. 23). Para tal, sugere que a teoria do trabalho de Marx seria um ponto de partida útil. Embora ainda seja complicado encontrar uma melhor definição do termo, alguns definem o trabalho digital como trabalho remunerado e não remunerado

³ A quota de exportações de serviços digitalmente fornecidos nas exportações globais de serviços aumentou de 1,2 trilhões de dólares, em 2005, para 2,9 trilhões de dólares, em 2018, e as exportações globais de serviços TIC aumentaram de 175 mil milhões de dólares para 568 mil milhões de dólares no mesmo período; o emprego global no sector das TIC aumentou de 34 milhões para 39 milhões entre 2010 e 2015 (UNCTAD, 2019).

realizado na economia digital (Bukht & Heeks, 2017). Outros definem-no como o trabalho remunerado e não remunerado realizado em meios digitais (Scholz, 2012). Outros autores definem [o trabalho digital] como «a organização de experiências humanas com a ajuda do cérebro humano, meios digitais e de fala, de tal forma que são criados novos produtos» (Fuchs & Sevignani, 2013, p. 237).

As diferenças nas suas utilizações reflectem certamente diferentes percepções e abordagens à economia digital ou “gig”, uma vez que os espaços digitais/*online*/virtuais não são uniformes. A compreensão tornou-se mais complexa à medida que surgem novos resultados de pesquisa. Por exemplo, uma compreensão mais ampla de trabalho, que reconhece actividades produtivas e reprodutivas tanto em contextos formais como informais (Ali, 2020a; Ali & Stevano, 2019), pode sugerir uma compreensão diferente do espaço digital e do grau de penetração digital em contextos particulares.

Independentemente das definições destes termos, o que é certo é que descrevem importantes dinâmicas socioeconómicas associadas à crescente digitalização da economia global e aos impactos subjacentes a vários níveis e em várias dimensões das nossas vidas, incluindo as dimensões do trabalho e das relações laborais. Num plano mais global, existem certamente benefícios notórios decorrentes da “economia digital/‘gig’”. Apesar destes benefícios, aumentaram as preocupações sobre a forma como a digitalização - entendida como a forma como as tecnologias digitais estão a ser cada vez mais difundidas - perturbou formas e relações sociais existentes do trabalho produtivo e reprodutivo.

Uma preocupação comum e amplamente partilhada em vários debates é a forma como os desenvolvimentos em curso na digitalização tiveram impacto no mundo do trabalho e no seu futuro, tanto no Norte como no Sul globais. Esta preocupação acentuou-se com o aumento do chamado “trabalho digital” na economia “gig”, assim como cresceu a necessidade de estudar esta questão de uma maneira mais aprofundada (Fuchs, 2014; Graham, Hjorth, & Lehdonvirta, 2017; ILO, 2018). Tal como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca, a ascensão das «plataformas de trabalho digital *online*» representou «uma das maiores transformações no mundo do trabalho na última década» (ILO, 2018, p. v). Graham, Hjorth, & Lehdonvirta (2017, pp. 136–137) salientaram que o trabalho digital «surgiu numa confluência de duas tendências», nomeadamente a preocupação global com o «desemprego e o subemprego» e a «conectividade em rápida mudança» pela qual «grande parte do mundo é cada vez mais caracterizado». Salientam ainda que em resposta a esta confluência, «milhões de pessoas em todo o mundo recorreram ao trabalho de mediação digital terceirizado, como forma de transcender algumas das limitações dos seus mercados de trabalho locais». Foi, então, sugerido que, apesar de alguns benefícios dignos de realce (tais como a oportunidade de realizar trabalho a partir de qualquer lugar e a qualquer momento, permitindo aos trabalhadores flexibilidade e oportunidades de emprego), os trabalhadores em plataformas

de trabalho digitais têm enfrentado desafios crescentes no que respeita, por exemplo, ao seu estatuto laboral, condições de trabalho, incluindo remuneração adequada, protecção social e outros benefícios (ILO, 2018, p. v). Este aspecto tem sido corroborado por uma vasta gama de estudos que avaliam os impactos da economia “gig” na dinâmica laboral mais geral. A título de exemplo, De Stefano (2016) argumentou que os impactos do crescimento exponencial da economia “gig” sobre os direitos laborais foram ignorados. O autor sugere que apesar das oportunidades proporcionadas pelas formas de trabalho na economia “gig” (“*crowdwork*”) e «trabalho a pedido através de aplicações (apps)», tais como a possibilidade de proporcionar uma boa combinação com as oportunidades de emprego e modalidades de trabalho mais flexíveis, podem exacerbar a «mercantilização do trabalho», e portanto, a importância de reconhecer as actividades na economia “gig” como «trabalho» (De Stefano, 2016, p. iii). Isto porque esta economia é parte integrante de uma dinâmica económica mais ampla, caracterizada por uma crescente casualização e informalização do trabalho, incluindo a «disseminação de formas de emprego atípicas» (De Stefano, 2016, p. iii). Com efeito, a tendência para a casualização e a informalização do trabalho tornou-se uma preocupação, em especial no que diz respeito ao futuro do trabalho à escala global.

Graham, Hjorth & Lehdonvirta (2017) sugerem que embora se verifiquem «benefícios importantes e palpáveis» para uma série de trabalhadores na economia “gig”, «existe uma gama de riscos e custos que afectam indevidamente os meios de subsistência dos trabalhadores digitais». Os autores levantaram quatro preocupações associadas ao trabalho digital, que são importantes para reflectir quando se trata de pensar sobre os efeitos no futuro do trabalho. Uma é o limitado poder de negociação, associado ao facto de os trabalhadores da economia “gig” carecerem de protecção. Frequentemente, as leis laborais não lhes são aplicadas porque são, muitas vezes, classificados como contratados independentes e não como empregados. As outras três preocupações, que podem estar ligadas à primeira, são a exclusão económica, a intermediação e o desenvolvimento de competências e capacidades. Também reflectem sobre quatro grandes estratégias para melhorar as condições e os meios de subsistência dos trabalhadores digitais, nomeadamente «sistemas de certificação, organização dos trabalhadores digitais, estratégias de regulamentação e controlo democrático das plataformas de trabalho online» (Graham, Hjorth, & Lehdonvirta, 2017, p. 138). Estas preocupações referem-se, por exemplo, à falta de regulamentação governamental da economia “gig” em geral e das plataformas de trabalho digitais relacionadas, que definem as condições de trabalho. Apesar destas plataformas oferecerem oportunidades de rendimento aos trabalhadores, a ausência de normas laborais para a sua regulamentação significa que o trabalho não pode ser fiável, o que torna difícil para os trabalhadores planearem as suas actividades diárias (ILO, 2018). Outro aspecto particular que resulta desta situação é a forma como os trabalhadores “gig” que trabalham remotamente «exercem a sua actividade para ganhar e manter a sua subsistência

na economia “gig”» (Anwar & Graham, 2020, p. 1269). Estes e outros aspectos da economia “gig” contextualizarão melhor a discussão em torno do trabalho “gig” digital e da economia “gig” em Moçambique.

MERCADOS DE TRABALHO E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Os padrões e relações do mercado de trabalho transcendem as esferas físicas para englobar o mundo digital do trabalho, que ao longo da última década tem registado um aumento das plataformas de trabalho digital e do trabalho “gig”. Ao longo deste documento, o trabalho é analisado em termos gerais, incluindo as suas formas interdependentes em esferas físicas e digitais, tanto as remuneradas como as não remuneradas, as formais e informais, as agrícolas e não agrícolas (Ali, 2017). Os mercados de trabalho são dinâmicos, diferenciados e diversificados, incorporando uma força de trabalho que não é um mero factor de produção ou uma mercadoria, mas que está organicamente incorporada no sistema social de acumulação (Ali, 2020a; Fine, 1998; Fuchs, 2014; Harvey, 2006; O’Laughlin, 1996; Sender & Smith, 1986). Persistem lacunas metodológicas na recolha de dados e na análise dos mercados de trabalho em Moçambique, limitando a compreensão, concepção e eficácia das políticas públicas na matéria (Ali, 2017; Oya, Cramer, & Sender, 2017). O quadro analítico dominante reflecte uma perspectiva dualista que separa a economia em dois sectores - um considerado moderno (capitalista) e outro considerado tradicional (pré-capitalista) - e divide as várias formas de trabalho dentro da economia em dicotomias como o trabalho formal/informal e o trabalho assalariado/não assalariado na produção de subsistência. As interligações e interdependência entre os dois sectores são ignoradas ao excluir, por exemplo, o trabalho não remunerado dos mercados de trabalho e negligenciando formas ocasionais de trabalho assalariado (Ali, 2017; O’Laughlin, 1996; Wuyts, 1978).

Uma vasto leque de evidências na análise da economia moçambicana mostra que, historicamente, a força de trabalho foi estruturalmente integrada nos processos de acumulação (Castel-Branco, 2010; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1980). No período colonial, o sistema de acumulação de capital baseava-se na expropriação da força de trabalho para a extracção de mais-valia, através da integração do campesinato no mercado de trabalho capitalista e no mercado de bens como fornecedor de força de trabalho barata e produtor de alimentos baratos e produtos primários para capital, numa base regionalmente diferenciada (Castel-Branco, 1994). Tal só foi possível através da manutenção do campesinato ligado à terra, que, ao mesmo tempo, se dedicava ao trabalho assalariado e produzia alimentos para o seu próprio consumo e para o mercado. A capacidade do campesinato para produzir este alimento, que dependia dos salários, era fundamental para a reprodução da força de trabalho e para garantir que estava disponível

e era barato para o capital (Ali, 2020a). A interdependência entre o trabalho assalariado e não assalariado continua central no sistema social de acumulação de capital predominante em Moçambique, marcado pela natureza fragmentada dos mercados de trabalho (dominados por formas de trabalho irregulares, instáveis e informais). O trabalho é semi-proletariado, não organizado e fragmentado (Ali, 2020a). Ao analisar os mercados de trabalho dentro das especificidades históricas da estrutura da economia de Moçambique, são cruciais as diferentes formas e condições de trabalho e relações sociais para compreender a ampla organização e padrões de trabalho e reflectir sobre o futuro do trabalho(ador) na actual dinâmica global de digitalização da economia.

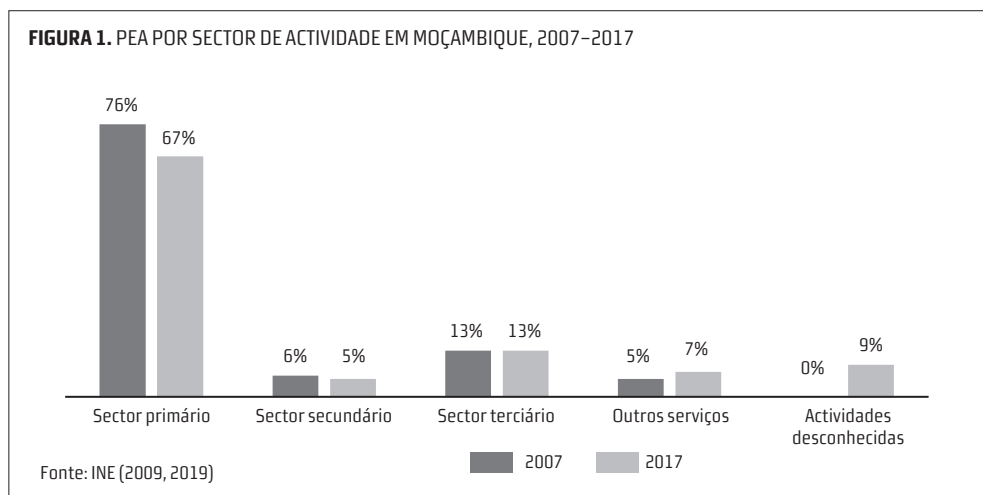
As estruturas de produção extractiva de Moçambique não geram emprego de qualidade (Ali, 2020a; Ali & Stevano, 2019; Castel-Branco, 2014, 2017; Stevano & Ali, 2019). A economia do País foi considerada uma história de sucesso, dada a sua taxa de crescimento económico elevada e sustentada, que rondou, em média, 8% ao ano, na última década e meia, exceptuando os últimos cinco anos, altura em que foi reduzida para metade (Castel-Branco, 2017; *Jornal A Verdade*, 2019). A estrutura económica depende das importações para consumo (especialmente bens de consumo básicos) e para a produção. O crescimento da última década e meia foi sustentado pela concentração da produção e do investimento privado no sector extractivo da economia (incluindo recursos minerais e energéticos e produtos agrícolas de base para exportação) e nas infra-estruturas e serviços associados a este sector extractivo. A natureza extractiva da economia absorve cerca de 95% do investimento privado total e é marcada pela especialização das exportações em produtos primários do núcleo extractivo (em recursos minerais e energéticos, bem como em produtos agro-industriais) (Castel-Branco, 2017). Apesar do elevado crescimento económico, a pobreza monetária tem permanecido elevada durante a última década e meia. Estimativas recentes indicam que o custo de um cabaz alimentar básico poderá ter aumentado entre 55% e 70%, no período de 2014 a 2016, o que se reflecte numa taxa de pobreza nacional de 55% a 60%, e que representa um aumento em relação aos 46% estimados pelo *Inquérito ao Orçamento Familiar* (IOF) de 2014/2015 (INE, 2016; Mambo *et al.*, 2018). Além disso, a desigualdade no consumo aumentou; o coeficiente de Gini⁴ ao nível nacional aumentou de 0,42, no IOF 2008/09, para 0,47 no IOF 2014/15.

A estrutura demográfica do País é bastante jovem, com uma média de idade de 17 anos e uma esperança média de vida de 54 anos. Em 10 anos (2007 a 2017), a população total aumentou quase 35%, tendo atingido cerca de 28 milhões de habitantes em 2017 (INE, 2009, 2019). A maioria da população (cerca de dois terços) vive nas zonas rurais e cerca de dois terços da População Economicamente Activa (PEA) total está classificada no *Censo da População e Habitação* de 2017 como praticando a agricultura, e quase a mesma proporção de pessoas

⁴ Não obstante as reconhecidas lacunas metodológicas nos indicadores para medir as desigualdades nas estatísticas oficiais.

declarou a sua principal actividade como sendo “camponesa”. Além disso, e segundo os dados oficiais apresentados na Figura 1, nos últimos 10 anos, além da maioria da PEA ainda estar envolvida na actividade agrícola (que diminuiu ligeiramente), seguida do sector terciário (que permanece estático), regista-se uma redução da quota total da PEA no sector industrial, o que pode ser um sinal de desindustrialização no País, facto que é consistente com as evidências sobre a estrutura da economia moçambicana.

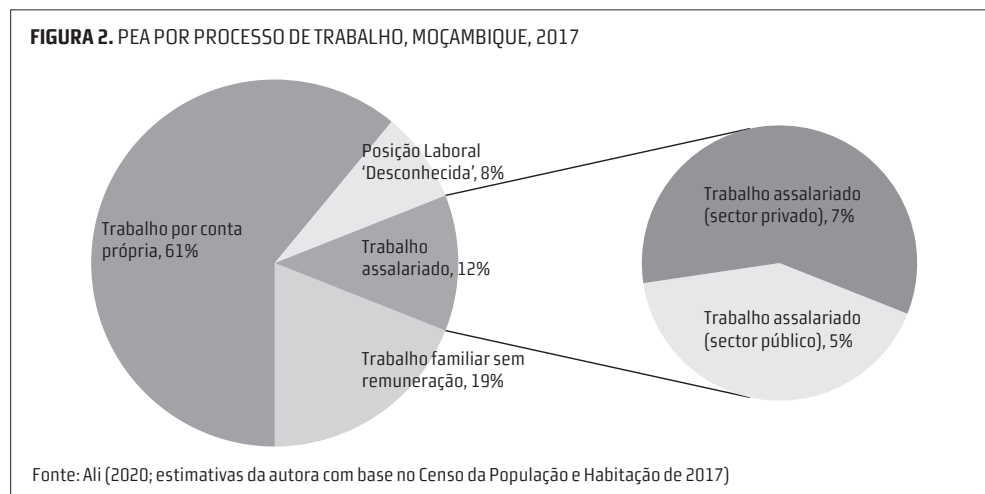
Não obstante, as lacunas nos inquéritos e na recolha de estatísticas laborais limitam uma visão aprofundada da estrutura profissional a partir dos dados oficiais disponíveis. Os inquéritos do Censo incidem na actividade principal na semana de referência (últimos sete dias). Estes apresentam categorias exclusivas e carecem de várias categorias, o que resulta na negligência e subestimação dos padrões do trabalho assalariado, particularmente na agricultura, e na interdependência daí decorrente com uma série de outras actividades económicas (Ali, 2020a; Ali & Stevano, 2021).



A acrescentar a isso, a maioria da PEA, em Moçambique, está envolvida em actividades informais (cerca de 88%), segundo é apresentado na Figura 2, que toma por base o *Censo* de 2017, o que significa que apenas 12% da PEA tem trabalho “formal” assalariado. Apesar das lacunas metodológicas nas estatísticas oficiais de emprego, é possível notar a precedência de formas informais de trabalho que não excluem formas de trabalho assalariado (Ali, 2020a). De acordo com os mesmos dados, a maior parte da PEA trabalha por conta própria e não é remunerada. A questão que surge centra-se na posição ocupada no processo laboral pelos trabalhadores agrícolas (assalariados ou não assalariados), que dominam a estrutura de ocupação da PEA como ocupação principal, em que a maioria da PEA (cerca de 70%) está envolvida (INE, 2019).

Outro aspecto que vale a pena mencionar relativo às estatísticas oficiais do trabalho, além das lacunas relativas ao desemprego e subemprego, é a categoria “desconhecido”. A elevada

proporção da PEA na categoria “desconhecido” no processo laboral aumenta a invisibilidade das diversas formas de ocupação que caracterizam os mercados de trabalho, subestimando a sua natureza e pontos de intersecção.



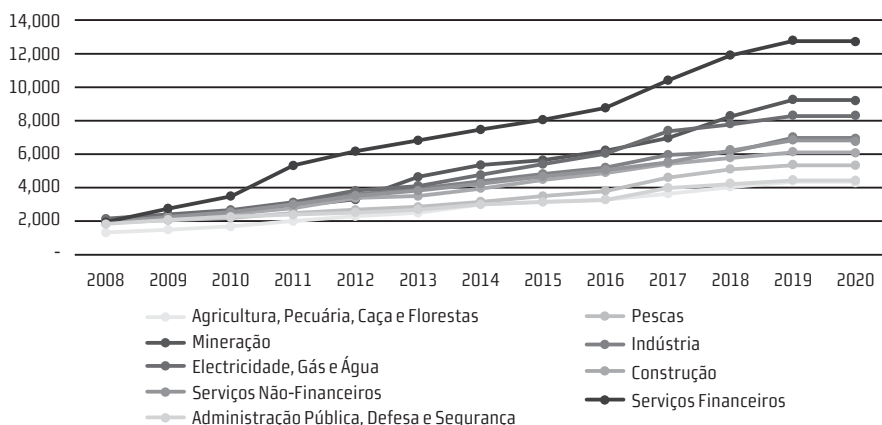
Uma questão que emerge com a dinâmica global da digitalização da economia diz respeito ao registo - não captado pelas estatísticas oficiais - de trabalhadores assalariados cuja base é a sua casa ou no circuito da “economia ‘gig’”, mediado por plataformas digitais. Muitas pessoas, especialmente as que se encontram a praticar formas informais de emprego, podem ser invisíveis nas estatísticas sobre a PEA e podem ser classificadas como desempregados ou trabalhadores familiares sem remuneração (Ali, 2020a).

Além disso, o salário mínimo é outra dinâmica central que afecta a estrutura do mercado de trabalho. Durante a última década, os salários mínimos (nominais) têm vindo a aumentar constantemente, excepto em 2020 (Figura 3)^{5,6}. Apesar desta tendência ascendente, continua a ser um grande desafio, uma vez que o actual salário mínimo é bastante inferior ao custo de vida. O emprego categorizado nos sectores “agricultura”, “pesca” (abarcando, em conjunto, mais de 60% do total da PEA, de acordo com o recenseamento da população de 2017, como anteriormente referido) e “administração pública” têm os salários mínimos mais baixos, enquanto “serviços financeiros”, “mineração” e “electricidade, gás e água” têm os salários mínimos mais altos.

⁵ Estimativas dos autores com base em Hanlon (2010, 2018); Club of Mozambique (2019),

⁶ Devido à pandemia da covid-19, as negociações de novos salários mínimos referentes a 2020 foram suspensas e os salários mínimos continuam ao seu nível de 2019. Até 2000, existia um salário mínimo único. De 2001 a 2007, foram estabelecidos dois grupos de salários mínimos: o salário mínimo agrícola e o salário mínimo não agrícola. Desde 2008, Moçambique tem tido salários mínimos múltiplos, correspondentes aos vários sectores da economia (ver Hanlon, 2010).

FIGURA 3. SALÁRIO MÍNIMO DE MOÇAMBIQUE POR SECTOR, 2008-2020 (METICAIS)

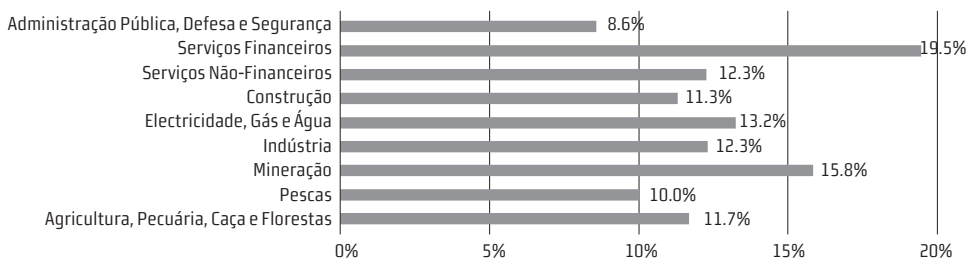


Fonte: (Hanlon, 2010, 2018; Club of Mozambique, 2019)

Entre 2009 e 2019, os salários mínimos aumentaram numa média anual de cerca de 11%, na agricultura, e cerca de 19%, no sector financeiro (Figura 4).

Curiosamente, os sectores com os salários mínimos mais elevados são os que têm taxas de crescimento médio anual mais elevadas. Apesar da subida dos salários mínimos durante a última década, têm aumentado as preocupações quanto à capacidade de suportar meios de subsistência e necessidades básicas, tais como alimentação, saúde, transportes e electricidade. Após um aumento lento, mas constante, de 2010 a 2014, os salários reais (ajustados à inflação alimentar) baixaram drasticamente em 2015 e 2016, indicando a deterioração do poder de compra dos trabalhadores (Muianga *et al.*, 2018). Tal aconteceu quando a economia moçambicana entrou numa crise que é, em grande parte, o resultado da redução dos principais produtos de exportação. Este decréscimo resultou na depreciação da moeda e, conseqüente, inflação elevada, uma vez que Moçambique depende da importação de bens de consumo básicos e intermédios, particularmente alimentos. Os preços dos alimentos aumentaram 18% e 36%, em 2015 e 2016, respectivamente.

FIGURA 4. TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO SALÁRIO MÍNIMO POR SECTOR DE ACTIVIDADE, 2009-2019



Fonte: (Hanlon, 2010, 2018; Club of Mozambique, 2019)

ECONOMIA DIGITAL E DE PLATAFORMA EM MOÇAMBIQUE: UM OLHAR AO(S) TRABALHO(ADORES) “GIG”

Apesar de uma expansão relativamente rápida das infra-estruturas e tecnologia digitais, Moçambique ainda se encontra numa fase inicial de digitalização. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) obedece ao seu próprio ritmo, condicionado pela natureza do crescimento e fase de desenvolvimento da economia nacional, bem como pelo seu grau de interligação com a economia global. Embora certos elementos da digitalização possam ser encontrados directa e indirectamente em quase todos os sectores da economia, formais e informais, persistem ainda importantes desafios na avaliação do impacto das tecnologias digitais sobre o trabalho e a natureza dos mercados de trabalho. Estes desafios reflectem a relativa inexistência de uma compreensão clara da natureza e estrutura da “economia digital”, bem como de como o “trabalho digital” é caracterizado nas condições específicas de Moçambique. Podemos mesmo levantar algumas questões para reflexão e, a partir delas, tentar dar sentido à economia digital em Moçambique e à dinâmica laboral relacionada. Como é que localizamos Moçambique nesta dinâmica digital global? Se medir a “economia digital” não é um exercício simples (UNCTAD, 2019), podemos, de uma maneira plausível, identificar ou classificar “trabalhadores ‘gig’ digitais” em Moçambique? Se sim, quem são eles e quais são as suas características? Que tipo de trabalho fazem normalmente? Diferem dos “trabalhadores ‘gig’” digitais que são normalmente estudados no Norte global e noutras partes do Sul global? Estas e outras questões potenciais são pontos de partida úteis para se entender e definir os limites da economia digital e a dinâmica de trabalho que lhe é associada em Moçambique.

A complexidade da natureza do trabalho ultrapassa as fronteiras de várias esferas, formal e informal, urbana e rural, digital e não digital, etc., tal como foi apresentado na análise do mercado de trabalho moçambicano na secção anterior. Dada a elevada informalidade da economia e a intersecção entre várias formas de trabalho e o emprego formal convencional, torna-se ainda mais difícil estimar o número de pessoas envolvidas no trabalho de plataforma à medida que a economia “gig” se expande. Por conseguinte, torna-se necessário estabelecer limites claros para a definição de trabalho digital no contexto de Moçambique, uma vez que nem todos os serviços mediados digitalmente devem ser entendidos como trabalho digital.

Uma vez que a “economia digital” acaba de começar a penetrar nos chamados sectores tradicionais (tais como a agricultura, turismo e transportes) nos países em desenvolvimento (UNCTAD, 2019), podemos ainda argumentar que Moçambique se encontra na sua fase inicial, apesar do rápido aumento dos serviços e produtos digitais e das plataformas de trabalho mediadas digitalmente durante a última década. O telemóvel, introduzido pela primeira vez em

1997 pela *Moçambique Celular (Mcel)*,⁷ actualmente *Moçambique Telecom (Tmcel)*⁸ assim como as revoluções da *internet* nas últimas duas décadas são, sem dúvida, uma das dinâmicas - se não a mais importante - por detrás desta explosão de produtos e serviços digitais. Como resultado da expansão das TIC e da crescente acessibilidade, a utilização de telemóveis representou uma das mudanças mais significativas rumo ao aumento da conectividade digital.

De acordo com as empresas *Hootsuite* e *We are Social*,⁹ em Janeiro de 2019, o número total de assinaturas de telemóveis em Moçambique era de 14,26 milhões, representando cerca de 46% da população (*We are Social and Hootsuite*, 2019). O número de utilizadores da *internet* era de 5,43 milhões (representando uma penetração de 18% da Internet).¹⁰ Cerca de 2,5 milhões de pessoas eram utilizadores activos das redes sociais, dos quais 2,2 milhões eram utilizadores de redes sociais móveis. Para mencionar apenas algumas dinâmicas importantes, a percentagem de pessoas que utilizam dispositivos ou ferramentas de comunicação móvel aumentou ao longo dos últimos cinco anos. A percentagem da população que utiliza a *internet* (via telefone ou computador) aumentou de 4% para 9%, os *smartphones* de 9% para 14%. Não se registaram grandes alterações na utilização do telefone básico, nem do computador, portátil ou *tablet*. Embora o acesso e a posse de telemóveis ainda possam ser considerados baixos, estes números têm mostrado um rápido aumento na última década, e mais pessoas estão agora interligadas e ligadas a uma vasta gama de serviços, desde o financeiro ao utilitário e aos pagamentos de bens e serviços. O inquérito aos consumidores *FinScope para Moçambique* revelou que a percentagem de famílias que possuem telemóveis ou *smartphones* mais do que duplicou desde 2009, enquanto a posse de um computador aumentou muito ligeiramente (Figura 5).

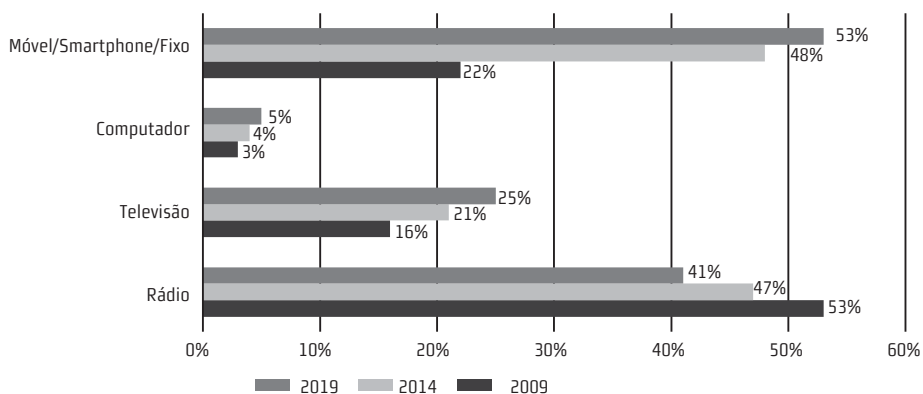
⁷ A *Mcel* foi a primeira operadora móvel a ser estabelecida em Moçambique. Ver http://superbrands.co.mz/wp-content/uploads/2018/07/sbmz01_mcel-1.pdf (consultado no dia 10 de Novembro de 2020).

⁸ *Moçambique Telecom, SA*, é a empresa resultante da fusão das antigas empresas públicas *Telecomunicações de Moçambique, SA (TDM)* e *Moçambique Celular, SA (Mcel)*. Ver <https://www.tmcel.mz/quem-somos-nos/> (consultado no dia 01 de Agosto de 2022).

⁹ A *Hootsuite* é líder na gestão dos meios de comunicação social (ver <https://hootsuite.com/>) e a *We are Social* é uma agência criativa orientada para a sociedade, com uma equipa global de cerca de 850 pessoas espalhadas por 13 países, cujo objectivo é ligar pessoas e marcas de forma significativa (vide <https://wearesocial.com/>).

¹⁰ <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2019-mozambique-january-2019-v01> (consultado a 26 de Outubro de 2020)

FIGURA 5. POSSE DAS TIC A NÍVEL DOMÉSTICO, 2009-2019



Fonte: FMT (2015, 2020)

A posse e o acesso a telemóveis expõem, de forma directa e indirecta, as pessoas a espaços digitais/virtuais. Estes têm coincidido com a crescente utilização de dinheiro móvel. Três fornecedores de dinheiro móvel em particular, *mKesh* (desde 2011), *Mpesa* (desde 2013) e *e-Mola* (desde 2017) estão ligados às três principais operadoras do serviço móvel em Moçambique: a *Mcel* (agora *Tmcel*), a *Vodacom* e a *Movitel*, respectivamente. Este facto demonstra que houve mudanças significativas no sector financeiro durante a última década (FMT, 2015, 2020). A crescente utilização de dinheiro móvel tem desempenhado um papel significativo na aceleração do acesso aos serviços financeiros, uma vez que os serviços financeiros digitais estão a ser utilizados para expandir a distribuição de serviços financeiros fora da filial tradicional e dos canais ATM. Os serviços de dinheiro móvel cresceram significativamente com o investimento substancial das operadoras de redes móveis no sentido de expandir a sua cobertura e promover a utilização destes serviços. A *Vodacom Moçambique* tornou-se o actor dominante no sector do dinheiro móvel em Moçambique através da sua plataforma *Mpesa*, que se tornou o principal meio de transacção financeira em todo o País, ultrapassando a *mKesh*, que foi a primeira plataforma de dinheiro móvel em Moçambique. O *Mpesa* está agora integrado em cinco grandes bancos comerciais em Moçambique (*Millennium BIM*, *Standard Bank*, *BCI*, *Nedbank* e, mais recentemente, *BancABC*, a partir do qual as operações de crédito do *Mpesa* - “*Txuna Mpesa*” - são feitas.), contribuindo, assim, para alargar o ecossistema *Mpesa* aos seus clientes. A análise apresentada acima sugeriu que o sector financeiro foi o que mais beneficiou com o aumento da conectividade digital. De facto, a expansão digital, através da crescente utilização de telemóveis, tem vindo a contribuir cada vez mais para a inclusão financeira e tem impulsionado muitas actividades comerciais (FMT, 2020). O dinheiro móvel é hoje uma plataforma dominante no mundo das transacções financeiras, especialmente no sector informal. É notavelmente um avanço importante em termos de integração digital, particularmente em sectores muito localizados.

O surgimento de novas empresas e empresas centradas na criação e produção de conteúdos digitais para uma variedade de empresas públicas e privadas é também uma indicação do papel crescente que as plataformas digitais têm vindo a desempenhar ao longo dos últimos anos. Isto tornou-se uma dinâmica particularmente importante à medida que mais actividades nos chamados sectores tradicionais (agricultura, indústria, turismo, etc.) começam a ser digitalizadas ou pelo menos realizadas através de alguma intermediação de plataformas digitais (UNCTAD, 2019).

Apesar da concentração das tecnologias digitais no sector financeiro, existe uma série de iniciativas “digitais” que têm sido levadas a cabo nos últimos anos. À medida que um número crescente de pessoas se liga através de plataformas digitais, parece haver espaço para uma pesquisa empírica mais aprofundada sobre a forma como as tecnologias digitais estão a (re)formular o mundo do trabalho em Moçambique e o seu futuro.

TECNOLOGIAS DIGITAIS, PLATAFORMAS LABORAIS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO(ADOR) EM MOÇAMBIQUE

Os últimos cinco anos registaram a presença e utilização cada vez maior de plataformas digitais relacionadas com a entrega de serviços, nomeadamente transporte (serviços de táxi) e entrega de alimentos (por exemplo, *Deliva*, *Speed Taxi* e *Delivery*), uma gama de plataformas de comércio electrónico ou lojas de electrónica ligadas a supermercados e outros fornecedores de bens e serviços (tais como *Bazara* e *Moogle*), e uma plataforma de recrutamento de força de trabalho informal, *Biscate* (termo local usado em Moçambique para um trabalho remunerado ocasional ou à peça).

Embora ainda não estudados de forma sistemática, estes eventos certamente mudaram e reformularam a maneira como o trabalho é realizado em determinados sectores ou tipos de actividades.¹¹ Como as tecnologias digitais (re)formularam o mundo do trabalho e o seu futuro em Moçambique é uma questão a estudar de maneira aprofundada. Embora o País se encontre numa fase inicial de digitalização, é possível localizar a dinâmica emergente das formas de trabalho mediadas digitalmente dentro das estruturas económicas e na natureza dos mercados de trabalho, colocando algumas questões baseadas em pesquisa exploratória. Há uma série de questões que reflectem a natureza dos mercados de trabalho e da economia moçambicana (Ali, 2020a) e o grau de penetração digital numa série de sectores, tal como discutido em secções

¹¹ Num cenário mais informal, a proliferação de utilizadores do *WhatsApp* que anunciam uma vasta gama de produtos, especialmente nas áreas de electrónica e vestuário, mas também alimentos e outros serviços, tornou-se uma dinâmica importante. Embora estas não sejam normalmente “plataformas” integradas com um sistema de pagamento específico, as pessoas que exigem tais serviços ou produtos têm pelo menos três métodos de pagamento, nomeadamente *Mpesa*, transferência bancária para a conta do vendedor ou mesmo o pagamento em dinheiro. Estes métodos de pagamento são também utilizados por plataformas que trabalham com entregas. Muitos destes anúncios informais do *WhatsApp* podem reflectir dinâmicas de trabalho e valor que possam ter surgido nos últimos anos, embora seja difícil identificá-los sem uma pesquisa de carácter sistemático. Esta dinâmica de trabalho particular e informal (ou formal em alguns casos) mediada de certa forma digitalmente tornou-se comum. É de salientar que a maioria das pessoas que utilizam este meio para publicitar produtos têm como alvo pessoas da sua lista de contactos através do seu estado no *WhatsApp*. Algumas estão a fazer o seu próprio negócio informal e outras estão a trabalhar para outra pessoa ou empresa proprietária dos produtos ou serviços.

anteriores, e nas experiências de trabalho das pessoas e na organização geral do trabalho e meios de subsistência, tal como é abordado nesta secção.

O estudo é baseado numa análise exploratória das experiências de trabalhadores envolvidos em plataformas de trabalho digitais informais, tendo sido realizado, na sua maioria, digitalmente, durante a pandemia da covid-19. O seu objectivo era fazer um levantamento preliminar e compreender os diferentes trabalhadores envolvidos em formas de trabalho mediadas digitalmente, as condições sociais do seu trabalho e os desafios em torno da ampla organização do trabalho que estão a realizar. Esperava-se que isto fornecesse uma visão de como todos estes aspectos em conjunto podem afectar a organização e a dinâmica futura do trabalho.

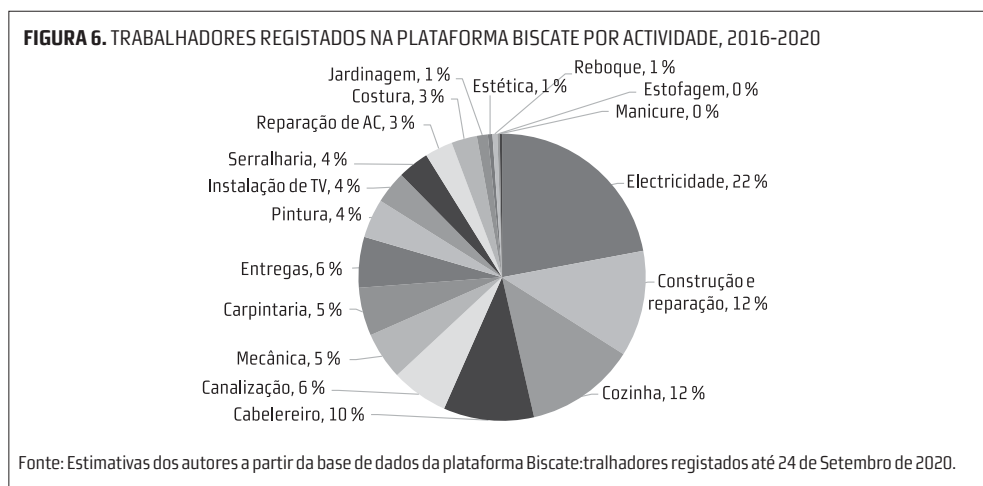
O trabalho “gig” por intermédio de plataformas digitais é uma dinâmica embrionária, uma vez que muitas das plataformas de trabalho digital foram fundadas nos últimos cinco anos e estão concentradas na sua maioria na capital, Maputo. Neste estudo exploratório, analisámos as experiências dos trabalhadores em algumas destas plataformas de trabalho digitais, considerando especificamente dois tipos diferentes: (i) estudos de casos preliminares com trabalhadores assalariados de dois provedores de serviços de entrega formais, Empresa A e Empresa B; (ii) entrevistas exploratórias com trabalhadores registados na plataforma de recrutamento informal *Biscate* (que procura ligar trabalhadores “gig” registados localizados em todo o País a clientes ou empregadores). Foram entrevistadas cerca de duas dezenas de trabalhadores “gig”. Estes trabalhadores foram registados como electricistas, canalizadores, cozinheiros e trabalhadores de entregas, localizados em províncias como Gaza, Nampula e Maputo, tendo esta última sido responsável por cerca de 85% dos trabalhadores entrevistados. Uma das plataformas digitais para serviços de entrega a operar em algumas partes da cidade de Maputo, a *Deliva*, faz parte de uma empresa africana de plataformas para serviços de entrega de alimentos, *We Deliva*.¹² A *We Deliva* opera em Moçambique desde 2018 e emprega não mais de 10 trabalhadores. Além do portal baseado na *web*, da aplicação móvel e da página no *Facebook*, os alimentos podem ser encomendados através de chamadas telefónicas, SMS (serviço de mensagens curtas - uma mensagem de texto) ou *WhatsApp*, que são os mais utilizados de acordo com os serviços ao cliente da empresa. A empresa utiliza motorizadas para proceder à entrega dos produtos aos seus clientes. Estão neste momento activas em algumas áreas de Maputo e entregam normalmente todos os dias das 10 às 22 horas.¹³ Outra plataforma digital emergente para serviços de entrega, a *Speed Taxi and Delivery*, opera nas cidades de Maputo e Matola desde o primeiro trimestre de 2020 e emprega cerca de oito trabalhadores. Além desta prestação de serviços, prestam serviços de publicidade áudio e de carga e frete. Utilizam moto-táxis (conhecidos como *txopelas*, em Moçambique) para entregar os produtos aos clientes.

¹² Através do portal <https://www.deliva.africa/>.

¹³ Mas também fazem entregas para o pequeno-almoço a partir das 7h30, de segunda a sexta-feira, e a partir das 9 horas aos sábados, nas áreas cobertas mais centrais.

Os serviços de entrega podem ser encomendados através de uma chamada telefónica, SMS, *WhatsApp* ou uma página no *Facebook*. Esta empresa possui uma aplicação móvel, mas ainda não está activa. Normalmente, o trabalho é realizado entre as 11 e as 20 horas. A empresa tem 22 parceiros, incluindo restaurantes e uma variedade de lojas.

Biscate é uma plataforma *online* (com portal em www.biscate.co.mz e aplicação móvel na loja de aplicações *Google Play*). Foi fundada em Junho de 2016 pela *start-up* de soluções de software *UX Information Technologies* (UX). A UX, que tem sido considerada um ponto de referência no desenvolvimento de plataformas digitais inovadoras na sociedade, criou, pela primeira vez, uma plataforma de trabalho *online* em Moçambique (www.emprego.co.mz). A plataforma *Biscate* tem como objectivo ligar trabalhadores informais (também denominados “independentes”, “*freelancer*”, “faz-tudo”, “trabalho ocasional” e “trabalhadores temporários”), com diferentes competências, tipos de ocupação e localizações geográficas em todo o País, a clientes e empregadores no mercado de serviços moçambicano. Os trabalhadores são classificados por tipo de ocupação, nível de experiência e localização. Isto é feito através da tecnologia de comunicação *Unstructured Supplementary Service Data* (USSD)¹⁴ e SMS. Isto permite aos trabalhadores registarem-se na plataforma e aos possíveis clientes/empregadores acederm a este serviço utilizando telefones não inteligentes ou telemóveis não compatíveis com a *internet*. Ao mesmo tempo, a informação é canalizada para os que têm acesso à *internet* através de um sistema baseado na *web*. A tecnologia USSD só está disponível para os utilizadores da operadora móvel *Vodacom Moçambique*, que possui uma parceria exclusiva com a empresa UX. Presentemente, esta plataforma inclui trabalhadores de 18 ocupações e de acordo com um dos co-fundadores da plataforma, pode começar a incluir outras profissões, tais como a agricultura e o comércio. Desde Setembro de 2020, registou cerca de 35 729 trabalhadores informais,



¹⁴ O código de acesso (*shortcode*) do USSD é «*777#».

a maioria dos quais das profissões mais frequentemente registadas (electricidade, cozinha e construção), apresentadas na Figura 6.

Contudo, é de salientar que, embora o registo dos trabalhadores possa abrir uma janela para uma oportunidade de emprego, o número de trabalhadores registados na base de dados da plataforma não diz nada sobre o lado da procura, nem sobre os padrões do processo de recrutamento, nem sobre a organização e as condições sociais do trabalho, nem sobre as relações laborais. Por si só, o canal de comunicação da plataforma não garante nem o acesso a emprego nem uma interacção entre trabalhador (ou empregado) e cliente (ou empregador). Por exemplo, a plataforma desconhece se os trabalhadores prestaram um determinado serviço e quantos o fizeram, ou se são remunerados, o que parece limitar-se à apresentação de um número de telefone que dá aos clientes a possibilidade de ter acesso a uma reserva de força de trabalho informal, diferenciada e disponível para empregar, na sua maioria, socialmente não organizada. Apesar de alguns trabalhadores “gig” do sector da electricidade e canalização entrevistados, tais como técnicos na área da electricidade e canalização, terem sido contactados para a realização de algum trabalho ocasional através do número que consta na plataforma, outros referiram uma experiência diferente, como foi o caso dos trabalhadores domésticos e de entregas. Estes trabalhadores indicaram que raramente tiveram a oportunidade de trabalhar através do registo na plataforma, embora o tenham feito com uma experiência diferente. Outros referiram nunca ter recebido qualquer chamada telefónica através da plataforma, ou que não sabiam como foram registados na plataforma.¹⁵ Assim, existe um conflito entre o registo na plataforma e a oportunidade de conseguir um emprego. Isto entra em conflito com a narrativa em torno do trabalho “gig”, que apresenta uma maior flexibilidade e uma queda no desemprego/subemprego. A seguinte citação exemplifica uma destas tensões no acesso a oportunidades de emprego, destacada pelo caso de um trabalhador, “A.”, registado na plataforma:

... irmã [a co-autora], desde que me registei nesta [plataforma] em 2016, altura em que vieram ao mercado [informal] enquanto eu trabalhava lá, nunca recebi nenhuma chamada pelo menos... Apenas registei o meu número de telefone porque havia uma promessa de trabalho e porque não é fácil... precisamos de sobreviver e eles disseram que podíamos arranjar empregos através da plataforma... por isso registei-me eu própria. (Entrevista ao trabalhador A., sexo feminino, 28 anos de idade, antiga empregada doméstica e actualmente trabalhadora doméstica por conta própria, que recebe encomendas de alimentos na cidade de Maputo, a 11 de Agosto de 2020)

Apesar da falta de informação do lado da procura, o que limita uma compreensão esclarecedora do processo de recrutamento, as entrevistas com as pessoas, qualificadas e não qualificadas,

¹⁵ Em alguns casos, a chamada telefónica para a entrevista, estabelecida pela co-autora deste capítulo, foi reportada como tendo sido a primeira chamada recebida através da plataforma.

que conseguiram arranjar emprego mediado pela plataforma,¹⁶ deram indicações sobre algumas tensões relacionadas com a organização do trabalho. Estas indicações são resumidas na Figura 7, que também reflecte características da natureza do padrão de organização do trabalho que é comum às outras duas plataformas digitais, não obstante as suas estruturas heterogéneas. Os trabalhadores são heterogéneos, possuem perfis e organização dos modos de vida diferenciados, sendo também variadas as suas experiências de trabalho e os meios de sustento.

As empresas de serviços de entrega que constam do presente estudo empregavam trabalhadores assalariados, embora numa modalidade de “independentes” ou “freelancers”. Não têm qualquer garantia de estabilidade nem segurança de emprego (como se mostra na Figura 7). Da pesquisa exploratória com trabalhadores, parece ser dominante um sistema misto de prestação de serviços formais baseado em modalidades informais para os trabalhadores “gig”. Esta situação é alarmante, num contexto em que as formas de trabalho mediadas por plataformas digitais ainda não estão regulamentadas e, portanto, não são controladas pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social e onde não existem esquemas colectivos ou sindicatos para este grupo de trabalhadores mediados digitalmente, dispersos no espaço e socialmente e com elevada rotatividade. A citação seguinte exemplifica uma destas tensões relativamente à inexistência de qualquer contrato formal ou esquema de segurança social, tal como foi referido pelo Trabalhador B. da Empresa B., um motorista com experiência em entrega de serviços postais e antigo guia turístico que perdeu o seu emprego no sector do turismo em resultado da pandemia da Covid-19:

... Temos enfrentado muitos desafios, especialmente em relação à nossa situação contratual, não temos quaisquer contratos formais nem segurança social. Gostaríamos de ter algum apoio do Ministério do Trabalho e de nos sentirmos protegidos. Não somos respeitados, e as pessoas não nos valorizam, apesar da importância que a entrega tem para elas. (Entrevista ao trabalhador B., sexo masculino, 37 anos de idade, técnico médio, motorista, antigo motorista de uma agência de viagens e guia turístico com experiência anterior numa empresa privada de serviços postais, em Maputo, a 27 de Setembro de 2020).

Como salientou o Trabalhador B., apesar de não ser reconhecido, muitas pessoas estão a utilizar este serviço e muitas famílias estão a ser apoiadas por este negócio. Mencionou o surgimento de “escritórios ilegais” que prestam estes serviços e uma dinâmica de entrega mais informal. Alguns indivíduos prestam informalmente serviços de entrega durante os fins-de-semana, e estas pessoas têm boas ligações com alguns restaurantes de Maputo.

¹⁶ Ou através de um amigo ou (ex-)colega que tenha sido registado na plataforma.

Vale ainda a pena salientar que as três plataformas de trabalho digital mencionadas diferem em muitos aspectos, embora tenham algumas semelhanças em termos de organização do trabalho na economia “gig”, como mostra a Figura 7. Além disso, a organização do trabalho parece ter vindo a mudar, reflectindo alguns ajustamentos nos serviços de entrega (tais como a responsabilidade pelo custo dos instrumentos, equipamentos ou meios de produção e a distribuição dos rendimentos gerados nas empresas). Existem algumas tensões sobre as condições de trabalho em ambas as plataformas. Há também questões ligadas à falta de contratos de trabalho, a determinação de salários em que alguns trabalhadores de entregas parecem ser pagos com base num sistema de entrega (que depende do número de entregas feitas por um trabalhador), a inexistência ou insegurança na saúde e segurança no trabalho, cobertura e prestações de protecção social, e outras condições de trabalho. As citações seguintes exemplificam algumas das contradições e tensões sobre a organização do trabalho, distribuição do valor criado e condições de trabalho no contexto alargado da organização do trabalho e dos meios de subsistência. As experiências destes trabalhadores ajudam a lançar luz para uma reflexão sobre o futuro do trabalho(ador).

... eu estava na empresa quase desde [o] início e deixei o emprego [na empresa de serviços de entrega] devido à maneira como o trabalho está organizado... no [início] eles costumavam dar as suas motorizadas e agora estão a mudar... O salário é de MZN 7000 (cerca de 95 dólares), mas recebi numa base de entrega, onde 20% tenho de lhes dar e fico com 80%, mas desta parte tenho de pagar o combustível e a manutenção da mota, se num dia não tiver produtos para entregar não há trabalho... e também tive de deduzir do meu salário os custos de manutenção da mota e de combustível... também quando tive um acidente estavam mais preocupados [com] a entrega de alimentos do que [com] a minha situação de saúde... Desde Março estou a trabalhar sozinho, embora ter um trabalho remunerado ajude muito; nessas condições, não estava a ver o que estava a fazer e agora vejo o meu próprio dinheiro que eu gerava... mesmo que não tenha trabalho todos os dias embora com a pandemia a entrega de alimentos e saneamento aumentou principalmente durante o estado de emergência. (Entrevista ao Trabalhador C., sexo masculino, 28 anos, estudante universitário, condutor de motorizada e antigo trabalhador de uma empresa privada de serviços postais, em Maputo, a 9 de Setembro de 2020)

Quando o “entregador” está envolvido num acidente, e eventualmente sofre ferimentos graves que implicam a sua hospitalização, a empresa só pagará os seus rendimentos durante um período de três meses e, depois disso, o trabalhador é entregue à sua própria sorte [e] pode mesmo perder o seu emprego. (Entrevista ao Trabalhador B., sexo masculino, 37 anos, nível técnico médio, motorista e ex-condutor de uma agência de viagens e guia turístico com experiência anterior numa empresa privada de serviços postais, em Maputo, a 27 de Setembro de 2020).

É impossível fazer outra coisa, só chego a casa às 21h, enquanto chego à empresa às 11h, e às vezes é difícil almoçar dada a pressão da entrega, não tenho contrato de trabalho... Tenho apenas uma folga durante a semana e estou muito cansado, mas o que podemos fazer, não há outra opção... é uma questão de sobrevivência, mas se surgir alguma oportunidade vou deixar este trabalho... parece escravatura e isto não é normal, mas o que posso fazer... preciso de comer e estudar... (Entrevista ao Trabalhador D., sexo masculino, 27 anos, ex-motorista num restaurante durante 4 anos, estudos de graduação, em Maputo, a 13 de Outubro de 2020).

Através desta plataforma, tive apenas três oportunidades de trabalho desde que me registei na Vodacom em 2017, mas duas destas experiências não foram boas... primeiro, trabalhei como servente durante um mês e desisti por causa do comportamento. Fui tratada como se fosse um cão, como se não fosse um ser humano e não tivesse casa, trataram-me como se eu não fosse nada... Quando pedi um contrato, o patrão disse «O contrato de trabalho é a minha boca e mesmo que tivesses um contrato de trabalho eu podia despedir-te porque isto não é Estado». Deixei depois de um mês, mesmo precisando de trabalho remunerado... outra coisa que aconteceu comigo através da minha plataforma foi que algumas pessoas pegaram no número [da] plataforma e fizeram batota connosco; quando me demiti daquele emprego, comecei a cozinhar comida para entregar [para] eventos ou para as pessoas e uma vez encomendaram e não levantaram. (Entrevista ao Trabalhador F., sexo feminino, 26 anos de idade, cozinheira e antiga empregada doméstica, em Maputo, a 15 de Setembro de 2020)

Tive alguns trabalhos através da plataforma, mas tive duas experiências quando fiz um trabalho e o pagamento acordado foi reduzido para metade e o outro em que me magoei e com o dinheiro que me deram só apanhei um chapa [transporte privado em Moçambique] e fui para o hospital, fiquei sem nada... é por isso que quando faço um trabalho que é pago por dia, tento estipular um pagamento que o trabalho feito merece, mas as pessoas não pagam quando se é biscoiteiro (trabalhador assalariado ocasional). (Entrevista ao Trabalhador G., sexo masculino, 39 anos, canalizador, em Nampula, a 2 de Setembro de 2020).

Estas breves experiências de trabalho e de vida revelam algumas contradições que nos levam à natureza predominante do trabalho e dos mercados de trabalho sob as estruturas produtivas dominantes. Por outras palavras - embora com novas expressões e formas de trabalho que são, de alguma forma, mediadas digitalmente - a forma como o processo de produção e prestação de serviços está organizado parece reproduzir as rupturas existentes nas relações e condições de trabalho.

Além disso, a tabela 1 traça as conclusões preliminares relativas aos aspectos comuns que caracterizam a organização e as condições sociais do trabalho na economia “gig”, com base principalmente nas entrevistas conduzidas em Maputo.

TABELA 1. PLATAFORMA DE TRABALHO DIGITAL E TRABALHO “GIG”: ALGUNS RESULTADOS EXPLORATÓRIOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Contrato de trabalho

- Difere entre as empresas da plataforma, embora em 90% dos casos entrevistados fossem inexistentes na forma escrita e num acordo verbal, como é o caso da entrega de alimentos e dos empregados domésticos

Salários

- A maioria dos trabalhadores não está esclarecida quanto à determinação dos salários.
- A maioria recebe salários diariamente.
- Muitos dos entrevistados referiram ter rendimentos abaixo do salário mínimo.
- Alguns trabalhadores “gig” conseguem apenas três a cinco dias efectivos de trabalho por mês.
- Outros, embora tenham uma forma de contratação mensal, dependem da disponibilidade de trabalho a fazer por exemplo, trabalhadores de entregas.

Horários

- Variam, mas são controladas pelo empregador.
- Alguns trabalhadores de entregas e empregados domésticos parecem trabalhar mais de oito horas, dependendo da procura (cuja informação foi difícil recolher).

Saúde e segurança no trabalho

- A maioria dos entrevistados não está coberta; daqueles que estão, alguns estão cobertos até um certo nível “acordado”.

Equipamento, instrumentos e meios de trabalho

- Varia de empresa para empresa e também ao longo do tempo. Actualmente, para algumas empresas de serviços de entrega, estas condições de trabalho são maioritariamente fornecidas pelos trabalhadores, embora no período de implantação estas empresas fornecessem (por exemplo, motorizadas, combustível e manutenção).

Protecção Social

- Poucos estão cobertos. Por exemplo, muitos trabalhadores entrevistados declararam não estar inscritos no INSS, não ter seguro de desemprego, não ter pensões ou licença de maternidade e não ter cobertura de acidentes de trabalho.

Organização colectiva

- Nenhum sindicato ou associação de trabalhadores para o trabalho (“gig”) mediado digitalmente.

Quadro regulamentar

- Plataformas de trabalho digital e o trabalho “gig” ainda não estão legislados em Moçambique.

Outras condições

- Baixo poder de negociação.
- Relações sociais e laborais precárias.
- Trabalho em condições inseguras e, em caso de acidentes no local de trabalho, assumem, na maioria, a responsabilidade

Conforme demonstrado ao longo deste capítulo, os padrões informais, irregulares e instáveis de trabalho parecem expandir-se num contexto de dispersão social e espacial com pouca ou nenhuma regulamentação e ausência de sindicatos ou outras formas de organização dos trabalhadores para este grupo específico. O futuro dos trabalhadores na era digital dependerá da ampla organização das estruturas e relações socioeconómicas que moldam a natureza do trabalho, a diferenciação e as desigualdades sociais, e que estão estruturalmente integradas em processos de acumulação à escala global. Se a organização actual das estruturas e relações produtivas e de trabalho permanecer inalterada, o futuro dos trabalhadores será uma reprodução da natureza actual do trabalho e da fragmentação dos meios de subsistência.

CONCLUSÕES, DESAFIOS E OPÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA

O presente artigo analisou como as formas de trabalho mediadas digitalmente têm vindo a (re)formular e a mudar a natureza do trabalho e que questões isso coloca para o futuro do trabalho(ador). A análise da estrutura do mercado de trabalho em Moçambique sugeriu que qualquer tratamento da forma como o trabalho tem sido afectado por dinâmicas socioeconómicas específicas não deve ignorar a dinâmica mais ampla do funcionamento da economia e da organização do trabalho de uma forma mais geral. As conclusões preliminares sugerem que, sob o actual modo de organização da produção, prestação de serviços e trabalho na economia da plataforma digital, os padrões de informalidade existentes são reproduzidos, incluindo a correspondente irregularidade e instabilidade do trabalho que têm caracterizado o padrão de crescimento prevalecente em Moçambique.

Argumenta-se que o futuro dos trabalhadores na era digital depende da organização mais alargada das estruturas e relações socioeconómicas que moldam a natureza do trabalho, organicamente integrado em processos de acumulação de capital à escala global. As nossas conclusões destacam que as estruturas produtivas de Moçambique não têm sido capazes de gerar trabalho decente. Verificou-se que, embora o trabalho mediado digitalmente seja uma dinâmica algo inovadora que necessita de ser mais bem pesquisada no contexto de Moçambique, deve ser entendido como parte de uma preocupação global relacionada com a natureza do trabalho e a estrutura dos mercados de trabalho no País. Deste modo, o trabalho mediado digitalmente é transversal a várias esferas dos mercados de trabalho e da economia em geral.

Tem havido alguns desafios importantes, assim como a necessidade de reflectir sobre opções de políticas para melhor os enfrentar. Um desafio é a necessidade de conceptualizar o trabalho “gig” no contexto da economia moçambicana e das suas estruturas dominantes, especialmente a estrutura do mercado de trabalho. Outro desafio é como pesquisamos esta dinâmica num

contexto em que os dados sistemáticos sobre os diferentes tipos de trabalhadores “gig” são praticamente inexistentes. Por outro lado, a organização colectiva é fundamental. Por último, mas não menos importante, coloca-se a necessidade de reflectir sobre as opções em termos de políticas destinadas a regulamentar a economia digital e a dinâmica que lhe está associada. Estas devem ser informadas por um entendimento claro sobre a dinâmica no trabalho, que só uma pesquisa aprofundada poderia proporcionar. Esta pesquisa sobre formas de trabalho mediadas digitalmente constitui apenas um ponto de partida. As conclusões sugeriram a necessidade de proceder à definição dessa regulamentação, uma vez que têm vindo a surgir novas manifestações de trabalho e tensões sobre as relações laborais. O quadro regulamentar deve tomar em consideração a organização e as relações laborais, bem como as condições sociais do trabalho amplamente criadas, reformuladas ou reproduzidas.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2020a). Desafios e Contradições para uma Abordagem sobre Trabalho e Emprego em Moçambique. In S. Forquilha (Ed.). *Desafios para Moçambique 2020* (pp. 235–279). Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Ali, R. (2020b). Job Creation and Social Conditions of Labor in the Forestry Agro-Industry in Mozambique. In E.S. Osabuohien (Ed.). *The Palgrave Handbook of Agricultural and Rural Development in Africa* (pp. 592–631). Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-41513-6_26.
- Ali, R. (2017). Mercados de Trabalho Rurais: Porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In R. Ali, C. N. Castel-Branco, & C. Muianga (Eds.). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique* (pp. 63–86). IESE.
- Ali, R., & Stevano, S. (2021). Work in agro-industry and the social reproduction of labour in Mozambique: contradictions in the current accumulation system. *Review of African Political Economy (RoAPE)*, 49(171), 67–86. <https://doi.org/10.1080/03056244.2022.1990624>.
- Ali, R. & Stevano, S. (2019). Work in the Agro-industry, Livelihoods and Social Reproduction in Mozambique: Beyond Job Creation. *Boletim IDELAS, N.º 121e*. IESE.
- Anwar, M.A., & Graham, M. (2020). Hidden transcripts of the gig economy: labour agency and the new art of resistance among African gig workers. *EPA: Economy and Space*, 52(7), 1269–1291.
- Bukht, R., & Heeks, R. (2017). *Defining, Conceptualising and Measuring the Digital Economy*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3431732>.
- Castel-Branco, C. N. (2017). Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. In L. de Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Eds.). *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 99–164). IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. In L. Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (Eds.). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique* (pp. 19–109). IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41 (sup1), S26–S48.
- Castel-Branco, C. N. (1994). Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In C. N. Castel-Branco (Ed.). *Moçambique Perspectivas Económicas*. Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert.

- De Stefano, V. (2016). *The rise of the «just-in-time workforce»: On-demand work, crowdwork and labour protection in the «gig-economy», (71)*. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf.
- UNCTAD. 2019. Digital Economy Report 2019: Value Creation and Capture: Implications for Developing Countries. (2019). United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD]. https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/der2019_en.pdf.
- Fine, B. (1998). *Labour Market Theory. A Constructive Reassessment*. Routledge Frontiers of Political Economy.
- Finmark Trust [FMT] (2015). *FinScope Consumer Survey Mozambique 2014*. http://www.finmark.org.za/wp-content/uploads/2015/09/Rep_FS_MOZ_2014-1.pdf.
- Finmark Trust [FMT] (2020). *FinScope Consumer Survey Mozambique 2019*. http://finmark.org.za/wp-content/uploads/2020/07/Mozambique_Survey-2020-07-311.pdf.
- Fuchs, C. (2014). *Digital Labour and Karl Marx*. New York and London: Routledge.
- Fuchs, C., & Mosco, V. (2016). *Marx in the Age of Digital Capitalism*. BRILL. <https://doi.org/10.1163/9789004291393>.
- Fuchs, C., & Seignani, S. (2013). What is Digital Labour? What is Digital Work? What's their Difference? And why do these Questions Matter for Understanding Social Media? *Triplec*, 11(2), 237–293.
- Graham, M., Hjorth, I., & Lehdonvirta, V. (2017). Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on workers livelihoods. *Transfer*, 23(2), 135–162.
- Hanlon, J. (2010). *Mozambique News reports & clippings. 3 May 2010*. <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d121253.pdf>.
- Hanlon, J. (2018). *Mozambique News reports & clippings. 409. Minimum wage & exchange rate supplement. 30 April 2018*. http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Mozambique_409-wage_%26_exchange_rate_supplement_2018.pdf.
- Harvey, D. (2006). *The Limits to Capital*. Verso.
- Healy, J., Nicholson, D., & Pekarec, A. (2017). Should we take the gig economy seriously? *Labour & Industry: a journal of the social and economic relations of work*, 27(3), 232–248.
- Heeks, R. (2017). *Decent Work and the Digital Gig Economy: A Developing Country Perspective on Employment Impacts and Standards in Online Outsourcing, Crowdwork, etc., (71)*. <https://www.gdi.manchester.ac.uk/research/publications/di/>.

- International Labour Organization [ILO] (2018). *Digital labour platforms and the future of work: Towards decent work in the online world*. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_645337.pdf.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2009). *III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2016). *Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF-2014-15. Relatório Final*.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2019). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017. Divulgação dos Resultados Preliminares*. GPHC.
- Jornal A Verdade (2019). Ministro da Economia e Finanças de Moçambique faz balanço positivo do quinquénio marcado pelas dívidas ilegais. @Verdade Online. <http://www.verdade.co.mz/economia/69029>.
- Mambo, F., Paris, Y., Salvucci, V., & Santos, R. (2018). *Simulating the effect on households' real consumption and poverty of the increase in prices that followed the 2015–16 economic crisis in Mozambique*.
- Mozambique: Minimum wages increases of between five and 12 per cent - AIM report. (1 May 2019). *Club of Mozambique*. <https://clubofmozambique.com/news/mozambiqueminimum-wage-increases-of-between-five-and-12-per-cent-aim-report/> [Consultado a 12 de Outubro de 2020].
- Muianga, C., Ali, R., Ibraimo, Y., & Langa, E. (2018). Salário Mínimo e Custo de Vida em Moçambique. *Boletim IDELAS*, No 104. <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-104.pdf>.
- O'Laughlin, B. (1981). A Questão Agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (3), 9–32. Centro de Estudos Africanos (CEA). Universidade Eduardo Mondlane (UEM).
- O'Laughlin, B. (1996). Through a divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 24(3), 1–39.
- Oya, C., Cramer, C., & Sender, J. (2017). Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique. In R. Ali, C. N. Castel-Branco, & C. Muianga (Eds.). *Emprego e transformação económica e social em Moçambique* (pp. 89–112). IESE.
- Parthasarathy, B., & Matilal, O. (2019). The Platform Economy and Digital Work: A Developmental State Perspective. *Development Implications of Digital Economies*, Paper No. 9. Centre for Development Informatics Global Development Institute, SEED.
- Rani, U., & Furrer, M. (2020). Digital labour platforms and new forms of flexible work in developing countries: Algorithmic management of work and workers. *Competition & Change*. <https://doi.org/10.1177/1024529420905187>.

- Scholz, T. (2012). *Introduction to Digital Labor: The Internet as Playground and Factory*. https://www.academia.edu/2303176/Introduction_to_Digital_Labor_The_Internet_as_Playground_and_Factory.
- Sender, J., & Smith, S. (1986). *The Development of Capitalism in Africa*. Methuen.
- Stevano, S. (2020). 'Gig Economies' in Africa: Continuity or Change? (1 April 2020). *Futures of Work*. <https://futuresofwork.co.uk/2020/04/01/gig-economies-in-africa-continuity-or-change/> [Consultado a 30 de Outubro de 2020].
- Stevano, S., & Ali, R. (2019). Working in the Agro-Industry in Mozambique: Can These Jobs Lift Workers Out of Poverty? *Boletim IDeLAS*, No 117e. IESE.
- We are Social and Hootsuite (2019). *Digital 2019: Mozambique*.
- World Bank (2019). *World Development Report 2019: The Changing Nature of Work*. *World Development Report*. <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2019>.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. CEA. UEM.
- Wuyts, M. (1980). *Economia Política do colonialismo português em Moçambique*.